

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: A IDENTIDADE E O TRADICIONALISMO GAÚCHO EM MULTITERRITORIALIZAÇÃO

Ana Carolina Rios Gomes*

RESUMO

Nas últimas décadas a ciência Geográfica tem retomado o interesse por estudos referentes às manifestações culturais, especialmente àquelas de caráter popular, devido às inúmeras demonstrações de sua revitalização frente à tentativa de homogeneização cultural orientada pela globalização.

A fim de suscitar compreensão substancial sobre essas manifestações reconhecidas como patrimônio por seus atores sociais, os estudos geográficos e antropológicos devem ser associados, contemplando as dimensões espaciais e simbólicas das práticas culturais.

No presente trabalho são abordadas questões referentes ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, que surge em meados do século XX com o intuito de pôr em relevo a cultura local e, assim, fortalecer a identidade do gaúcho em meio a uma conjuntura cultural homogeneizadora.

Nesse contexto são criados e disseminados os Centros de Tradições Gaúchas: espaços locais onde se vivencia a identidade cultural gaúcha, que estão presentes em diversos lugares no estado do Rio Grande do Sul e além das fronteiras nacionais, o que evidencia a multiterritorialidade identitária riograndense.

Palavras-chave: geografia cultural. movimento tradicionalista gaúcho. centro de tradições. identidade. patrimônio.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Campus de Rio Claro – SP, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Bernadete Ap. Caprioglio Castro Oliveira.

INTRODUÇÃO

O interesse por estudos referentes às manifestações culturais, contemplando suas dimensões simbólicas e espaciais, encontra-se em evidência na Ciência Geográfica, uma vez que diante da atual configuração mundial caracterizada por interações globais crescentes, a revitalização de culturas populares e tradicionais tem ocorrido de maneira significativa, com o intuito de garantir a manutenção da diversidade cultural. Neste sentido, CORRÊA (1997) chama atenção à necessidade de os Geógrafos “*ampliarem a sua contribuição para a compreensão da sociedade brasileira através das diversas facetas da cultura em suas dimensões espaciais*”.

Partindo desse pressuposto, pretendo, com este trabalho, apresentar algumas reflexões a respeito da construção social da identidade gaúcha, do renascimento do gauchismo por meio do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e de sua disseminação para novos espaços, num processo de construção de territorialidades sustentado nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs).

Por tratar-se de um estudo majoritariamente qualitativo que busca interpretar a identidade cultural de um grupo social, considerando sua história, simbologia e dispersão por diferentes territórios, a orientação metodológica da pesquisa se baseia nos princípios pertencentes à geografia cultural, que corresponde a uma abordagem geográfica intimamente ligada à antropologia.

Dessa forma, busca-se privilegiar a perspectiva hermenêutica. Em outras palavras, procura-se promover a articulação entre a interpretação explicativa e a compreensiva. Segundo o antropólogo norte-americano Clifford Geertz (1989), a etnografia é uma descrição densa. Para o autor o dever da teoria em etnografia é:

“(...) fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana. (...) É dessa maneira que a teoria funciona. Um repertório de conceitos muito gerais (...) e sistemas de conceitos que se entrelaçam no corpo da etnografia de descrição minuciosa na esperança de tornar cientificamente eloqüentes as simples ocorrências. O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura da construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas.”

(GEERTZ, 1989, p. 19)

Kaiser (1999), por sua vez, ao definir o conceito de cultura relacionado à etnografia, afirma:

“Se considerarmos a cultura como um sistema de significado, a etnografia pode ser definida como a tradução de um encontro entre dois sistemas de significação diferentes – o do grupo estudado e o do antropólogo que indaga sobre natureza das diferenças e semelhanças e utiliza o contraste como meio de investigação da diversidade cultural. A essência da antropologia é estabelecer uma ponte entre estes dois universos – quanto maior a compreensão mútua, melhor será a tradução da conversa.”

(KAISER, 1999, p. 25)

De forma complementar, a geografia cultural renovada surge na década de 1980, admitindo o conceito de cultura como um *contexto*, como *reflexo*, *meio* e *condição* de existência e reprodução (CORRÊA, 2007). Segundo este geógrafo cultural, os símbolos são traços fundamentais do ser humano e a análise dos mesmos deve abarcar sua organização, constituição, estrutura e, especialmente, a *interpretação* que se faz desses significados.

Taillard (2003, apud CORRÊA, 2007, p. 5) discorre sobre a função política da cultura, estabelecendo 3 funções: integradora, de regulação e de enquadramento. Cabe, nesta pesquisa, associar a função integradora, onde estão presentes as relações de *identidade* e *pertencimento*, ao caráter político da geografia cultural elucidado por Mitchell (2000, apud CORRÊA, 2007, p. 7), que deve possibilitar a intervenção em políticas culturais.

Aproximando as idéias do antropólogo norte-americano GEERTZ (1989) às de CORRÊA (2007), é possível retomar o conceito de descrição densa, entendido pelo antropólogo como a interpretação das culturas, e analisar como o mesmo está presente na geografia cultural:

“Por ser uma abordagem, um modo de olhar a realidade, uma interpretação daquilo que os outros grupos pensam e praticam, a geografia cultural não é definida por um objeto específico, como a própria cultura, concebida segundo o senso comum ou segundo uma visão abrangente.

A geografia cultural está focalizada na interpretação das representações que os diferentes grupos sociais construíram a partir de suas próprias experiências e práticas.”

(CORRÊA, 2007, p. 7)

Assim, a geografia cultural se apresenta bastante diversa em propósitos e métodos e, para tanto, é preciso recorrer a metodologias de pesquisa variadas a fim de possibilitar uma descrição densa das ações humanas.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

De acordo com a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, realizada pela Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 2003 em Paris – FR, o conceito de “*patrimônio cultural imaterial*” é entendido como:

“... práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (...) Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.”

(IPHAN, 2006, p. 15)

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural imaterial se manifesta por meio de tradições, expressões orais, práticas sociais, rituais, eventos festivos, artesanato tradicional, entre outras formas. A fim de assegurar sua viabilidade, as estratégias de salvaguarda desse patrimônio incluem “*a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse patrimônio.*” (IPHAN, 2006)

As políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil são coordenadas pelo IPHAN e se estruturam em premissas e princípios de atuação, definindo conceitos e instrumentos a partir da associação entre a história das iniciativas nessa área e as novas reflexões sobre o tema. Dessa maneira, o patrimônio cultural é tido como construção social sendo, portanto, relativo a todos os sujeitos sociais que o produzem, mantêm e recriam; e não apenas a ação do Estado ou dos técnicos e especialistas que desenvolvem pesquisas sobre a temática.

Os saberes e as manifestações culturais possuem valor diferenciado para os grupos que os produzem, mantêm e/ou recriam e, por isso, o patrimônio cultural tem como fundamento de sua existência o ser humano, em sua mutabilidade e criatividade. Portanto, para que formas de expressão sejam conceituadas como patrimônio cultural, é necessário que as mesmas sejam significativas, primordialmente, para seus detentores, pois são eles os responsáveis por sua existência e continuidade.

Neste sentido, é preciso reconhecer também a natureza dinâmica dos bens culturais imateriais, que se mostram em constante reiteração e recriação, a fim de promover instrumentos legais de preservação desse patrimônio de maneira a respeitar sua fluidez. Diante disso, considera-se como autêntico tudo aquilo que é real e que se concretiza e materializa num dado momento e que tem significância para o grupo social que o produz.

A partir dessas idéias foram construídos o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o Registro e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, os quais permitiram a institucionalização dos pressupostos acima citados. É por meio desses instrumentos que o Ministério da Cultura (MINC) e, em particular, o IPHAN executam a política federal de salvaguarda patrimonial, pautada em princípios de atuação como a necessidade de participação dos atores sociais que produzem os bens culturais em todo o processo de identificação/valorização/gestão do patrimônio; articulação das políticas patrimoniais com outras políticas públicas; promoção, divulgação e valorização dos bens e da base social que o produz e mantêm; além da visão abrangente da expressão cultural, considerando o território em que o ocorre e seus participantes. É neste princípio, especialmente, que a ciência Geográfica se mostra fundamental para a elaboração de eficazes políticas de salvaguarda do patrimônio cultural.

Além disso, o objetivo primordial do processo de Registro oficial de um bem cultural é compilar e sistematizar o mais completo conhecimento e documentação sobre o bem cultural que se quer reconhecer como Patrimônio Cultural do Brasil, com a finalidade de propiciar sua ampla difusão e valorização social.

O fato de reconhecer os bens culturais como *processuais* e *dinâmicos*, arraigados no cotidiano e representativos de diferentes grupos sociais, aos quais o tombamento não se aplicava, constitui expressivo avanço no que diz respeito às políticas patrimoniais brasileiras.

A partir do exposto, é possível considerar a identidade cultural gaúcha como patrimônio cultural imaterial, pois, como será apresentado adiante, ela se constrói ao longo da história, é valorizada por meio de um movimento social que enaltece seu

papel na busca pelo progresso integral de seu povo e transmite suas tradições através das gerações por meio de práticas simbólicas.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E RENASCIMENTO DO GAUCHISMO

O tradicionalismo sul-riograndense deve ser estudado de forma mais significativa devido à tamanha expressividade que o mesmo apresenta em seu território e além de suas fronteiras. O povo gaúcho é certamente aquele, em nosso país, em que os aspectos culturais simbólicos estão fortemente presentes no imaginário e no cotidiano dos indivíduos.

“À primeira vista, pode parecer estranho esse renascimento do gauchismo na virada do século, quando o Brasil já se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico, cultural, de transportes e de comunicação de massa. A crescente centralização econômica, política e administrativa e o desenvolvimento de sofisticadas redes de comunicação são frequentemente considerados responsáveis pelo enfraquecimento do poder regional e pelo aprofundamento de um processo de homogeneização e padronização dos hábitos e atitudes da população. Apesar – ou talvez por causa – dessa crescente centralização, observam-se atualmente no Brasil tendências contrárias a este processo, que se manifestam através da afirmação de identidades regionais, das quais o Rio Grande do Sul é um exemplo expressivo.”

(OLIVEN apud GONZAGA, S. e FISCHER, L. A., 1995, p. 79)

A construção identitária e o renascimento do gauchismo devem ser analisados através de sua trajetória. Muitos foram os estudiosos e literatos que se dedicaram à temática, a saber: Barbosa Lessa, Augusto Meyer, Simões Lopes Neto, José de Alencar, Érico Veríssimo, dentre outros. Entretanto, é notadamente necessária uma pesquisa mais abrangente, que envolva a análise espacial da história da formação territorial brasileira, enfatizando o processo de conquista do território numa área conflituosa, marcada por significativos conflitos armados, as principais migrações que conferiram a miscigenação do povo e a construção de fronteiras étnicas, além do surgimento de um movimento cultural genuíno frente à maciça entrada de culturas alienígenas intensificada no século XX. Procuro, com este artigo, fornecer algumas contribuições a este respeito.

OLIVEN (2006) afirma que devido às suas características geográficas, à sua posição estratégica, à forma de seu povoamento, à sua economia e ao modo pelo qual se insere na história nacional, o Rio Grande do Sul é geralmente considerado como um estado que ocupa posição singular em relação ao Brasil. Isto porque ao observar a relação entre o universo nacional e o local, nota-se, por parte da sociedade sul-riograndense, um distanciamento em relação ao nacional e um forte apego ao local no qual se está integrado: a identidade regional sobrepõe-se à nacional.

Em outras palavras, a identificação com o estado do Rio Grande do Sul assume proporções maiores do que com a identificação com o Brasil-Nação, transmitindo esse sentimento através de gerações.

“Assim, a construção dessas identidades passa pela elaboração de traços da cultura brasileira que são apropriados e

usados como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção a diferentes grupos sociais.”

(OLIVEN apud GONZAGA, S. e FISCHER, L. A., 1995, p. 80)

Para compreender essa configuração é preciso, como já foi dito, retomar a história do povoamento do estado do Rio Grande do Sul, que em seu processo de ocupação, é marcado pela questão fronteiriça. Por tratar-se de uma região limite entre dois Impérios – o Espanhol e o Português – foi, desde o século XVII, permanentemente disputado pelas duas coroas ibéricas. Ao contrário dos demais estados brasileiros, o Rio Grande do Sul sempre foi uma ‘fronteira quente’, uma área marcada por intensos e duradouros conflitos.

Apresento, abaixo, uma breve cronologia dos principais enfrentamentos políticos/ideológicos ocorridos no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX:

DATA	CONFLITOS
1835-45	Revolução Farroupilha Farrapos X Imperiais
1846-89	Bipartidarismo Monarquistas liberais X Monarquistas conservadores
1893-95	Revolução Federalista Republicanos (Pica-paus) X Federalistas (Maragatos)
1923	Revolução de 1923 Borgistas (Chimangos) X Assisistas (Maragatos)

(Adaptado de DACANAL, J. H. et. al, 1980)

Não se pretende, neste trabalho, estabelecer a caracterização detalhada e promover profundo debate sobre cada um dos conflitos apresentados acima, mas considerar que a constância dos combates promoveu uma intensa exigência da politização da população e um forte sentimento identitário, de pertencimento.

A mais longa guerra civil brasileira, que se estendeu de 1835 a 1845, e seus principais representantes mantêm-se vivos na memória do povo gaúcho, ainda que o término da Revolução Farroupilha date de mais de cento e sessenta anos. Para muitos sul-riograndenses, mais que uma guerra, a Revolução significa a manutenção do tradicionalismo gaúcho e a autonomia do estado.

O gaúcho, fruto essencialmente da miscigenação de portugueses, espanhóis, alemães, italianos e africanos com os povos indígenas da terra, se deparou com a dificuldade de manter suas raízes históricas, seus costumes nativos e sua maneira de ser frente às transformações ocorridas no século XX. Processos como a globalização, o aprimoramento e difusão dos meios de comunicação e também dos meios de transporte, que promoveram a integração das regiões, o fluxo de mercadorias e de pessoas, inevitavelmente acabaram por modificar hábitos e afetar costumes e tradições.

É no contexto caracterizado pela tentativa de ‘*homogeneização cultural*’, isto é, pela entrada maciça de culturas alienígenas impulsionadas pela economia estadunidense no pós-guerra, que se intensificam os movimentos de valorização da cultura local e regional. No entanto, as primeiras iniciativas de preservação das tradições no Rio

Grande do Sul datam do século XIX (CAMARGO, 2006), como se pode notar no quadro abaixo:

1868	SOCIEDADE PARTENON LITERÁRIO <u>Principal mentor:</u> Apolinário Porto Alegre <u>Importância:</u> primeiro esforço em agremiar os intelectuais da época, procurando, por meio de atividades literárias, a convivência social e a defesa de princípios político-sociais. Registrou as lendas gaúchas e abriu o ciclo da literatura regionalista.
1898	GRÊMIO GAÚCHO DE PORTO ALEGRE <u>Mentor e fundador:</u> João Cezimbra Jaques <u>Importância:</u> primeiro movimento organizado em defesa das tradições gaúchas. Promoveu desfiles, ciclos de palestras, ordenamento dos usos e costumes e redescoberta das danças gaúchas.
1899	UNIÃO GAÚCHA <u>Mentor:</u> João Simões de Lopes Neto <u>Importância:</u> intenção de levar o gauchismo às escolas, revitalizando os usos e costumes e praticando as danças.

Segundo CAMARGO (2006), foi a partir da fundação do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, em 1898, que se intensificou o culto às tradições, surgindo diversas sociedades com finalidades comuns. O expressivo número de iniciativas afins à sua fez com que João Cezimbra Jaques, atualmente considerado patrono do tradicionalismo gaúcho, idealizasse a criação de uma federação que reunisse as entidades empenhadas na preservação das tradições regionais. Entretanto, essas associações perderam força diante da elite urbana que, até então, se mostrava preconceituosa em relação à figura do gaúcho cultuada pelo gauchismo.

O tradicionalismo atual não foi, de início, influenciado pelas iniciativas pioneiras acima expostas, pois os idealizadores do movimento as desconheciam (CAMARGO, 2006). Dessa forma, reforça-se a idéia da existência de uma aspiração da sociedade gaúcha, construída através da história, pela busca de sua identidade, por meio do culto às tradições.

Em meados da década de 1940 foi fundado o Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, em Porto Alegre - RS, liderado pelo então estudante e já tradicionalista João Carlos Paixão Côrtes. Os motivos para revitalizar as tradições locais eram evidentes:

“Sob o prestígio da vitória alcançada na Segunda Guerra Mundial, a cultura norte-americana começara a entrar avassaladoramente em nosso País e nos cercava por todos, todos os lados. Na música, no disco, no cinema, nas história-em-quadrinhos, na moda, na gíria, em tudo, Nessa hora o Tio Sam (e à sombra dele outros tios) nos dizia que esquecêssemos tudo e saíssemos logo de

nosso campinho arrendado, pois ele carecia muito de engordar boi no final da safra...”

(LESSA apud GONZAGA, S. e FISCHER, L. A., 1995, p. 75)

No ano de 1947, durante as comemorações relativas à Semana da Pátria, se programou a transladação dos restos mortais do general David Canabarro, considerado um dos homens mais importantes da Revolução Farroupilha, de Santana do Livramento até a capital do estado, onde seriam entregues aos cuidados do Panteão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Foi nesse contexto que Paixão Côrtes propôs à Liga de Defesa Nacional, organizadora do evento, que “*se fizesse uma guarda de honra, à pata de cavalo, por gaúchos que lembrassem os tempos em que os nossos estancieiros e suas peonadas enfrentaram durante dez anos todo um império*”. (CAMARGO, 2006, p. 162) A proposta foi aceita e cumprida por um grupo formado por oito cavaleiros trajados conforme a tradição campeira.

Assim, a Semana da Pátria originou a Ronda Crioula, na qual a centelha do fogo simbólico foi levada ao colégio Júlio de Castilhos onde permaneceu do dia 7 ao dia 20 de setembro daquele ano em alusão à data de início da Revolução Farroupilha em 1835. A Ronda terminou com um baile tipicamente regional, revitalizando os festejos e as práticas culturais de outrora, motivando as comemorações relativas à revolução e o surgimento da Semana Farroupilha.

De acordo com CAMARGO (2006) a Semana Farroupilha foi criada com o objetivo de divulgar os símbolos sul-riograndenses, estimular as pessoas a entoarem o hino do estado, por meio de sua intensa divulgação, promover ações que incentivem a busca pelo conhecimento da história do Rio Grande do Sul, dentre outros. Ainda hoje, o ápice das comemorações relativas à identidade cultural do gaúcho se dá na Semana Farroupilha. Trata-se de uma festividade regulada por Lei Estadual e regulamentada por Decreto, que envolve milhares de participantes e celebra as tradições gaúchas do dia 14 ao dia 20 de setembro com um tema específico a cada ano.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho se inicia, então, em 1947 visando combater fatores de desintegração social, mas é em 1966 que ele surge oficialmente e cria seu estatuto. Segundo Barbosa Lessa, em “*O Sentido e o Valor do Tradicionalismo*” (1954), para analisar estes fatores, é preciso definir os conceitos de *núcleo cultural* e *grupo local*. O primeiro concentra hábitos, valores e princípios morais; ao passo que o segundo constitui-se, ao lado da família, no mais importante transmissor de cultura, através do qual os indivíduos recebem sua ‘herança social’. A hipótese defendida por LESSA (1954) é a de que as sociedades poderão evitar a dissolução enquanto forem capazes de manter a integridade de seu núcleo cultural e grupo local.

A fim de gerar grupos locais em novos contextos, sobretudo urbanos, onde as pessoas pudessem transmitir seus saberes através de músicas, poesia, danças típicas, além do estudo aprofundado de sua história, foram criados os Centros de Tradições Gaúchas, considerados *estâncias simbólicas*.

“Mais do que uma teoria, o Tradicionalismo é um movimento. Age dentro da psicologia coletiva. Sua dinâmica realiza-se por intermédio dos CTGs, agremiações de cunho popular que têm por fim estudar, divulgar e fazer com que o povo ‘viva’ as tradições sul-riograndenses.”

(LESSA, 1954)

Aprovada no VII Congresso Tradicionalista (1961) e ainda em vigor, a “Carta de Princípios” do movimento tradicionalista define:

“Tradicionalismo ou Movimento Tradicionalista é um organismo social, perfeitamente definido e estatuído, de natureza cívica, ideológica doutrinária, com características próprias e singulares que o colocam em plano especialíssimo no panorama da vida sul-riograndense, brasileira e americana. Cumprindo ciclos sociais, culturais, literários e artísticos de natureza nativista, procurando influir em todas as formas de manifestação da vida e do pensamento sul-riograndenses, o Tradicionalismo gira em uma órbita que tem como centro os problemas rurais da nossa terra, o homem brasileiro em geral e o sul-riograndense em particular, sua maior expressão, e onde estão fixadas as suas raízes mais profundas.”

(CARTA DE PRINCÍPIOS, 1961)

Além disso, são fixados vinte e nove objetivos, dos quais convém aqui destacar o de se cultivar a tradição como fundamento da nacionalidade, de preservar o patrimônio que se expressa pelo linguajar, pela vestimenta e outras práticas; de combater a artificialização de suas tradições; defender a independência ideológica do povo; respeitar as datas comemorativas e considerar o dia 20 de setembro como data máxima do Rio Grande do Sul.

Para alcançar esses fins o Movimento Tradicionalista recorre às ciências como a Geografia, a História, a Antropologia e a Sociologia, estimulando os estudos por parte de seus membros na busca por um conhecimento mais apurado sobre suas tradições. Por não ser apenas intelectual, mas nitidamente popular, utiliza-se também de meios como a música, a dança, a literatura, o teatro etc. Além disso, o tradicionalismo dispensa atenção especial às novas gerações e ao homem do campo, numa tentativa de promover a perpetuação do movimento e assegurar o desenvolvimento das atividades rurais e a valorização de seus trabalhadores.

“Quando se pretende comparar o Rio Grande do Sul ao resto do País, apontando diferenças e construindo uma identidade social, é quase inevitável que esse processo lance mão do passado rural do estado e da figura do gaúcho, por serem estes os elementos emblemáticos que permitem ser utilizados como sinais distintivos.”

(OLIVEN apud GONZAGA, S. e FISCHER, L. A., 1995, p. 80)

“EM QUALQUER CHÃO, SEMPRE GAÚCHO”: A DISSEMINAÇÃO DOS CENTROS DE TRADIÇÕES

A fim de avaliar o grau de desenvolvimento do MTG convém observar a teoria do desenvolvimento defendida por Jarbas Lima, em sua tese intitulada “*O Sentido e o Alcance Social do Tradicionalismo*”. Segundo ele, os movimentos sociais passam por fases desde seu surgimento até consolidada organização. Geralmente são identificados quatro momentos: fase da *inquietação social*, da *excitação popular*, da *formalização* e, enfim, da *institucionalização*.

O MTG completou as etapas apresentadas pela teoria do desenvolvimento explicitada acima, consolidando-se como movimento duradouro, com elevado número

de participantes e estrutura necessária para atingir seus objetivos, o que pode ser percebido na análise espacial da disseminação dos Centros de Tradições Gaúchas desde a criação do primeiro CTG, em 1948, denominado “35 CTG” em homenagem a Revolução Farroupilha, até a atualidade.

Segundo OLIVEN (2006), no ano de 2000 havia cerca de 4500 entidades tradicionalistas no Brasil e 16 no exterior.

“Disseminando-se pelos vários municípios rio-grandenses – mui lentamente a princípio e, depois, em vertiginosa progressão geométrica -, os CTGs vieram a valorizar e prestigiar a figura humana do gaúcho. Núcleo básico: o ritual do mate, como escola de cordialidade. Invernada Campeira: recuperação do cavalo, em práticas desportivas. Artística: preenchimento da lacuna deixada pelas escolas públicas e privadas, que já não mais ensaiavam a gurizada para festivais de encerramento do ano letivo. Invernada Mirim: uma atenção especial às crianças, considerando-as como gente amiga e transmitindo-lhes através da dança as noções básicas de sociabilidade. Fandango: incrível antídoto ao conflito de gerações, com pais e filhos comungando alegria em pé de igualdade. Em resumo: o retorno moral ao tempo da dantes. Não se trata de reviver, esterilmente, o Passado. Mas, sim, de resgatar, do passado, a Esperança perdida.”

(LESSA apud GONZAGA, S. e FISCHER, L. A , 1995, p. 76)

Para HAESBAERT (2006) o termo desterritorialização é utilizado para designar fenômenos que se originam num espaço e acabam migrando para outros. Entretanto, segundo OLIVEN (2006) este termo só faz sentido quando associado ao de reterritorialização, pois as idéias e os costumes ao se deslocarem, se estabelecem em novas bases territoriais, onde se adaptam e se integram.

No presente trabalho o conceito de multiterritorialidade se revela mais apropriado, pois se trata de analisar a disseminação dos CTGs por múltiplos espaços. Essa multiterritorialidade da cultura gaúcha é expressa também pela adesão de imigrantes ao MTG:

“Nesse processo, os colonos se transformam em ‘gaúchos’, categoria pela qual se identificam e são identificados pelos ‘brasileiros’, isto é, aqueles que não têm origem no Rio Grande do Sul. Essa visão é passada para as próximas gerações que já não são nascidas do Rio Grande do Sul. Os gaúchos acabam assim se constituindo em um grupo étnico.”

(OLIVEN, 2006, p. 141)

De forma complementar às afirmações de Oliven apresentadas acima, Jakzam Kaiser (1999) elucida a idéia de “nação gaúcha”:

“Os gaúchos mostram, como grupo social, características que permitem classificá-los como um grupo étnico. Primeiro, ao criar espaços regionais de identidade gaúcha, não importa a localização geográfica ou aspectos históricos e culturais do lugar. Segundo, ao naturalizar a reprodução do “ser gaúcho”: os filhos de gaúchos,

mesmo fora do rio grande do Sul, nascem gaúchos, como se esta condição fosse uma herança genética.”

(KAISER, 1999, p. 21)

A revalorização da cultura gaúcha por meio do MTG e da disseminação dos CTGs constitui-se em “*mercado de bens materiais e simbólicos de dimensões muito significativas que movimenta grande número de pessoas e recursos e que, pelo visto está em expansão*” (OLIVEN, 2006, p.152).

“No final dos anos 70 tornou-se lugar-comum afirmar que as tradições gaúchas estavam morrendo. A profecia não se concretizou e toda a década de 80 foi na verdade fortemente marcada pelo renascimento do gauchismo. Este é o responsável pela existência de aproximadamente mil centros de tradições gaúchas, mais de quarenta festivais de música nativista, e de vários rodeios. O crescente interesse pelas coisas gaúchas também ajuda a explicar o consumo de produtos culturais voltados a temáticas do Rio Grande do Sul: programas de televisão e rádio (há inclusive uma emissora FM na região metropolitana de Porto Alegre que toca exclusivamente música nativista, definindo-se como “uma rádio de bombachas”), colunas jornalísticas, revistas e jornais especializados, editoras, livros, livrarias e feiras de livros regionais, publicidade que faz referência direta ao valores gaúchos, bailões, conjuntos musicais, cantores e discos, restaurantes típicos com shows de música e danças gaúchas, lojas de roupas gauchescas, etc.”

(OLIVEN apud GONZAGA, S. e FISCHER, L. A, 1995, p. 77)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de ter relevante importância para Geografia e para as ciências que se dedicam às questões culturais, a compreensão da dinâmica espacial de fenômenos culturais é fundamental para a elaboração de políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

É consenso que as disciplinas que mais contribuem para os processos de inventário e registro dos bens patrimoniais imateriais são aquelas ligadas às ciências humanas - especialmente a Geografia, no que diz respeito à espacialização de expressões culturais e processos de ocupação de território; a Antropologia no sentido de compreender as organizações sociais e os elementos simbólicos mais relevantes da identidade destas comunidades; e a História na compreensão das trajetórias e dinâmicas da sociedade e a construção da memória - por trazerem à luz as categorias espaço-tempo, imprescindíveis para a compreensão de toda e qualquer expressão cultural.

Houve, sem dúvida, significativo avanço nas políticas patrimoniais até os dias atuais, mas ainda existem muitos problemas a serem enfrentados, como, por exemplo, a dificuldade de articular realidades jurídicas e políticas de Estado a usos e costumes locais, tornando-se necessário, assim, considerar as diversidades existentes entre comunidades culturais.

As culturas são realidades vivas e mutáveis, e sua produção, continuidade e mudança dependem de condições específicas. É possível, dessa forma, afirmar que o

Movimento Tradicionalista Gaúcho cumpre sua função de oposição aos mecanismos de homogeneização cultural. Em contrapartida, inúmeras são as críticas ao movimento, cujos principais argumentos se sustentam na falta de autenticidade e em seu caráter conservador.

Em termos de manifestações culturais, deve-se, como já dito anteriormente, considerar autêntico tudo o que for real e tiver significado para o grupo social que o mantém ou transforma. Nesse sentido, não há dúvidas de que o MTG, com todo o simbolismo que carrega consigo, tem alta significância para seus participantes e para outros indivíduos que gradualmente se integram ao movimento, promovendo sua expansão.

A identidade cultural construída no estado do Rio Grande do Sul migra com seus atores sociais que, obrigados a se deslocarem espacialmente devido, especialmente, a fatores econômicos, levam consigo a novos territórios os costumes e tradições que lhes conferem a noção de pertencimento. Dessa forma, manifestações culturais relacionadas à identidade cultural gaúcha se desterritorializam e se reterritorializam em diversos espaços locais no país e além das fronteiras nacionais por meio dos Centros de Tradições Gaúchas. Assim se configura a multiterritorialidade identitária sul-riograndense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. **Geografia Cultural e Geógrafos Culturalistas: uma leitura francesa**. Geosul, Florianópolis: Editora da UFSC, v. 14, p. 35-47, 1993.

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. 14ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos)

BASTIDE, R. O folclore brasileiro e a geografia. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 8, jul., 1951.

CAMARGO, O. N. de. **Falando em tradição e folclore**. 2ª edição. Passo Fundo: Méritos, 2006.

CARDOSO, R. (org). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 1999.

CORRÊA, R. L. A. **Caderno de textos: sobre a geografia cultural**. Textos NEPEC n. 3. Rio de Janeiro: NEPEC-UERJ, 2007.

CORRÊA, R. L. A. e ROSENDAHL, Z. (org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

DACANAL, J. H.; CHAVES, F. L.; BOEIRA, N. (Org.) **RS: cultura & ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

FERREIRA FILHO, A. **História geral do Rio Grande do Sul, 1503-1960**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 1960.

- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOLDENBRG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.
- GOLIN, T. **A ideologia do gauchismo**. 3ª edição. Porto Alegre: Tchê!, 1955.
- GONZAGA, S. e FISCHER, L. A. (coord.) **Nós, os gaúchos**. 3ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
- GONZAGA, S.; FISCHER, L. A e BISSÓN, C. A. (coord.) **Nós, os gaúchos / 2**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HOBBSAWM, E. e RANGER, T. **A invenção das tradições**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JACKS, N. **Mídia nativa: indústria cultural e cultura regional**. 3ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- KAISER, J. **Ordem e progresso: o Brasil dos Gaúchos**. Florianópolis: Insular, 1999.
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- LESSA, B. **Nativismo: um fenômeno social gaúcho**. Porto Alegre: L&PM editores, 1985.
- LOVE, J. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Retrospectiva, 1975.
- MAIA, D. S. **A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições**. Revista Terra Livre, São Paulo-SP, v. 16, p. 71-98, 2001.
- MARIANTE, H. M. **História do Tradicionalismo Rio-Grandense**. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 1976.
- OLIVEN, R. G. **A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-Nação**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ORNELLAS, M. **Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: J. Olympio 1948.
- _____. **O Rio Grande Tradicionalista e Brasileiro**. Porto Alegre: "35 CTG", 1954.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

POERNER, A. J. **Identidade cultural na era da globalização: política federal de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SEEMANN, J. Mapeando Culturas e Espaços: uma revisão para a Geografia Cultural no Brasil. In: **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

STREIFF-FENART, J. e POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

TEXTOS DISPONÍVEIS EM SITES DA INTERNET:

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **A Trajetória da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: 1936 - 2006**. Brasília: Departamento do Patrimônio Imaterial, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=582>, acesso em 20/06/2008, às 21h.

LESSA, B. **O sentido e o valor do Tradicionalismo**. Primeiro Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul. Santa Maria, 1954. Disponível em <http://www.mtg.org.br/valor.html>, acesso em 17/07/2008, às 21h.

LIMA, J. **O Sentido e o Alcance Social do Tradicionalismo**. Tese disponível em <http://www.mtg.org.br/alcance.html>, acesso em: 25/05/2008, às 19h.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GÚCHO. **Carta de Princípios**. 1961. Disponível em: <http://www.mtg.org.br/principios.html>, acesso em 15/07/2008, às 14h.